

AP | Agente Penitenciário

Instruções



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**.
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.



1º de dezembro



100 questões



13 às 18h



5h de duração*



Concurso Público para Agente Penitenciário



FEPese

FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Língua Portuguesa

15 questões

Texto 1**O mundo: um espaço construído**

O mundo, para Hannah Arendt, não é simplesmente o que nos rodeia, mas um espaço construído pelo trabalho e constituído pela ação. Construções e artefatos garantem aos seres humanos um lugar duradouro no meio da vida e da natureza, onde tudo aparece e desaparece, isto é, vida e morte se alternam constantemente. Nesse espaço construído, os seres humanos podem criar formas de convivência e interação que vão além da preocupação com a mera sobrevivência ou continuidade da espécie, embora as necessidades básicas não deixem de existir e precisem ser supridas antes de termos a possibilidade de participar no mundo.

Arendt distingue entre a atividade humana que se preocupa com as necessidades vitais – o labor – e as atividades que dizem respeito ao mundo humano – o trabalho, a ação e o pensamento. O labor corresponde a uma das condições da nossa existência na Terra: a vida. Para cuidar da nossa vida, precisamos satisfazer nossas necessidades, assim como o faz também qualquer outra espécie de seres vivos. Para satisfazer a fome, por exemplo, produzimos alimentos que, em seguida, consumimos. Esse ciclo de produção e consumo, originariamente ligado aos processos biológicos, na modernidade, extrapola cada vez mais a satisfação das necessidades meramente biológicas e se estende a outras. Não consumimos apenas alimentos, mas estilos de vida, produtos “culturais”, emoções, imagens. Contudo, embora o processo de produção e consumo seja cada vez mais exacerbado, a lógica que lhe é inerente continua sendo a mesma: a satisfação das necessidades sejam essas biológicas ou não.

O trabalho, por sua vez, está relacionado à mundanidade do ser humano, isto é, à necessidade de construir um espaço duradouro no meio de uma natureza onde tudo aparece e desaparece constantemente. Assim, o ser humano fabrica artefatos, objetos de uso e espaços que não se destinam ao consumo imediato, mas que lhe possam ser úteis e que lhe garantem uma estabilidade para ter um lar que ele não possui por natureza. A ação é a atividade mais especificamente humana. O que nos impele a agir é a condição da pluralidade dos seres humanos. A ação diz respeito à convivência entre seres humanos, que são singulares, mas não vivem no singular e sim no plural, ou seja, com outros. Essa é a característica fundamental da existência humana.

A pluralidade possibilita aos seres humanos constituírem um âmbito de ação no qual cada um pode se revelar em atos e palavras, o que não faria sentido de modo isolado, mas ganha sua relevância numa esfera que se estabelece entre as pessoas. É com suas ações que as pessoas constantemente criam e recriam o “espaço-entre” e, assim, estabelecem um mundo comum. A comunicação é fundamental para que possamos estabelecer algo compartilhado por todos. É por meio dela que a subjetividade de nossas percepções adquire uma objetividade. Assim, a existência de uma diversidade de pontos de vista é constitutiva para o mundo comum, que partilhamos com nossos contemporâneos, mas também com aqueles que nos anteciparam e com os que darão continuidade à nossa ação depois de nós.

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. Educação e liberdade em Hannah Arendt. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n.3, p. 465-479, set./dez. 2008. [Adaptado]

1. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F), considerando o seu contexto (texto 1).

- () O texto disserta sobre a perspectiva de mundo de Hannah Arendt, que é visto como uma construção ao invés de uma realidade pronta e estática.
- () O texto apresenta, a partir da perspectiva de um narrador, uma sequência de acontecimentos localizados espacial e cronologicamente.
- () O consumo de bens e de lazer corresponde à atividade mais notadamente humana.
- () A atividade humana compreende tanto as necessidades humanas, como a mundanidade do ser humano.
- () Enquanto a produção e o consumo se referem ao preenchimento das necessidades humanas, o trabalho se vincula à durabilidade das coisas no mundo.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. V • V • V • F • V
- b. V • V • F • F • F
- c. V • F • F • V • V
- d. F • F • V • V • V
- e. F • F • V • V • F

2. Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** os elementos e atividades que se referem ao mundo humano, considerando o texto 1.

- a. necessidades biológicas, trabalho, consumo, ações e lazer.
- b. religião, diversidade, necessidades, seres biológicos e comunicação.
- c. ação, sobrevivência, vida, produção e linguagem.
- d. ação, pluralidade, convivência, palavras e mundo comum.
- e. consumo, satisfação, necessidades, fabricação, convivência.

3. Considere as frases a seguir retiradas do texto 1.

1. O mundo, para Hannah Arendt, não é simplesmente o que nos rodeia, mas um espaço construído pelo trabalho e constituído pela ação. (1º parágrafo)
2. Para satisfazer a fome, por exemplo, produzimos alimentos que, em seguida, consumimos. (2º parágrafo)
3. A pluralidade possibilita aos seres humanos constituírem um âmbito de ação no qual cada um pode se revelar em atos e palavras, o que não faria sentido de modo isolado, mas ganha sua relevância numa esfera que se estabelece entre as pessoas. (4º parágrafo)

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Os termos sublinhados em 1 podem ser intercambiáveis, pois carregam o mesmo significado.
- b. Em 1 e 3 há menção à importância da ação, seja para a constituição do mundo, seja para a relação entre as pessoas, respectivamente.
- c. Em 2, o uso das vírgulas segue a mesma regra de pontuação: isolar expressões explicativas.
- d. A frase 2 pode ser reescrita corretamente da seguinte maneira: “Por exemplo, produzimos alimentos para satisfazer a fome que em seguida consumimos”.
- e. Em 3, o pronome preposicionado “no qual” pode ser substituído por “em quê”, sem desvio na norma culta da língua escrita.

4. Considere as frases a seguir retiradas do último parágrafo do texto 1.

1. É com suas ações que as pessoas constantemente criam e recriam o “espaço-entre” e, assim, estabelecem um mundo comum.
2. É por meio dela que a subjetividade de nossas percepções adquire uma objetividade.
3. Assim, a existência de uma diversidade de pontos de vista é constitutiva para o mundo comum, que partilhamos com nossos contemporâneos, mas também com aqueles que nos anteciparam e com os que darão continuidade à nossa ação depois de nós.

Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F), considerando as três frases em seu contexto:

- () Em 1 e 2, a expressão composta pelos vocábulos sublinhados “É... que” funciona como recurso de ênfase.
- () Em 1 e 2, as formas verbais estão no tempo presente, ao passo que em 3, estão nos tempos presente, pretérito perfeito e futuro do presente do modo indicativo.
- () Em 1, 2 e 3, os termos “um mundo comum”, “uma objetividade” e “uma diversidade de pontos de vista” funcionam como objeto direto.
- () Em 3, o sinal indicativo de crase é facultativo em “à”.
- () Em 3, os vocábulos sublinhados “o” e “os” são artigos definidos e se distinguem pela flexão de número.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. V • V • F • V • F
- b. V • F • V • V • F
- c. V • F • F • F • V
- d. F • V • V • F • F
- e. F • V • F • V • V

5. Assinale a alternativa **correta**, com base no texto 1.

- a. Em “embora as necessidades básicas não deixem de existir” (1º parágrafo) e “embora o processo de produção e consumo seja cada vez mais exacerbado” (2º parágrafo), as formas verbais sublinhas podem ser substituídas, respectivamente, por “deixam” e “é”, sem desvio da norma culta da língua escrita.
- b. Em “[...] isto é, à necessidade de construir” e “[...] ou seja, com outros” (3º parágrafo), as expressões sublinhadas não podem ser mutuamente substituídas, pois a primeira ratifica e a segunda retifica uma informação dada anteriormente.
- c. Em “Para cuidar da nossa vida, precisamos satisfazer nossas necessidades, assim como o faz também qualquer outra espécie de seres vivos” (2º parágrafo), há ideias de finalidade e de comparação.
- d. Em “Esse ciclo de produção e consumo, originariamente ligado aos processos biológicos, na modernidade, extrapola cada vez mais a satisfação das necessidades meramente biológicas e se estende a outras” (2º parágrafo), as formas verbais sublinhadas podem estar no plural, em concordância com termos precedentes, respectivamente, pois se trata de uma regra de concordância verbal facultativa.
- e. Os verbos auxiliares nas locuções “podem criar” e “precisem ser supridas” (1º parágrafo) remetem, respectivamente, à ideia de necessidade e de certeza.

6. Assinale a alternativa que apresenta a função sintática **correta** do termo sublinhado, considerando o texto 1.

- a. Construções e artefatos garantem aos seres humanos um lugar duradouro no meio da vida e da natureza (1º parágrafo) – objeto indireto.
- b. O labor corresponde a uma das condições da nossa existência na Terra (2º parágrafo) – complemento nominal.
- c. Assim, o ser humano fabrica artefatos, objetos de uso e espaços (3º parágrafo) – complemento nominal.
- d. A ação é a atividade mais especificamente humana (3º parágrafo) – objeto direto.
- e. A ação diz respeito à convivência entre seres humanos (3º parágrafo) – objeto indireto.

7. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F), considerando o seu contexto (texto 1).

- () Em “não é simplesmente o que nos rodeia” (1º parágrafo) e em “espaços que não se destinam” (3º parágrafo), os pronomes oblíquos sublinhados podem ser pospostos às formas verbais “rodeia” e “destinam”, respectivamente, sem desvio da norma culta da língua escrita.
- () Em “mas um espaço construído” (1º parágrafo) e “mas também com aqueles que nos anteciparam” (5º parágrafo), o vocábulo “mas” pode ser substituído por “e sim”, sem prejuízo de significado e sem desvio da norma culta da língua escrita.
- () Em “não é simplesmente o que nos rodeia” e “onde tudo aparece e desaparece” (1º parágrafo), os vocábulos sublinhados funcionam como pronome relativo.
- () Em “que lhe possam ser úteis e que lhe garantem uma estabilidade” (3º parágrafo), o pronome “lhe” funciona como objeto indireto nas duas ocorrências, da mesma maneira que em “a lógica que lhe é inerente” (2º parágrafo).
- () O sinal de dois-pontos é usado nas duas ocorrências (2º parágrafo) para introduzir um esclarecimento acerca de algo mencionado anteriormente.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. V • F • V • V • F
- b. V • F • F • F • V
- c. F • V • V • V • F
- d. F • V • F • V • V
- e. F • F • V • F • V

Texto 2

Investir em educação ‘fecha’ prisões

Entrevista da BBC News Brasil com Clara Grisot.

Clara Grisot, formada em ciências políticas e sociologia, é cofundadora da associação francesa *Prison Insider*, que coleta informações sobre as condições das prisões no mundo.

BBC News Brasil – *Pesquisas no Brasil indicam que a maioria concorda com a afirmação de que “bandido bom é bandido morto”. Qual seria a reação em outros países desenvolvidos?*

Grisot – Esse tipo de discurso não é algo específico do Brasil. É uma visão comum no mundo. Vemos que a sociedade tem uma real falta de empatia em relação [.....] pessoas encarceradas. O tratamento dado aos presidiários não interessa [.....] quase ninguém, mas constatamos que isso é ainda mais forte nos países com grandes desigualdades sociais.

BBC News Brasil – *De que forma a violência no Brasil, que afeta a população diariamente, influencia o olhar dos brasileiros sobre a situação nos presídios?*

Grisot – O que acontece dentro das prisões em países com muita violência é a exacerbação do que acontece nas ruas. Isso explica [.....] violência que surge regularmente no sistema carcerário brasileiro e, certamente, o olhar dos brasileiros sobre a situação do sistema prisional do país. Já é tão violento fora (nas ruas) que o que acontece dentro das prisões é praticamente algo que não lhes diz respeito.

BBC News Brasil – *No Brasil e em outros países, prevalece a visão de que penas mais severas reduziram os riscos da pessoa cometer um crime. Você concorda com isso?*

Grisot – Com base nas informações que pudemos obter em todos os países do mundo, percebemos que a prisão não funciona. Quanto mais as penas forem longas e os prisioneiros forem tratados como um nada, menos preparamos seu retorno [.....] sociedade. A prisão destrói. Estudos mostram que quanto menos a pessoa ficar presa, menos ela ficará dessocializada e menores serão as chances de reincidência. Se ela não voltar [.....] praticar um delito, não haverá novas vítimas. Todo esse discurso de repressão produz efeitos contrários ao desejado. É paradoxal. Se as pessoas realmente estivessem ao lado das vítimas, elas seriam favoráveis a penas alternativas.

BBC News Brasil – *Muitos no Brasil acham que um país sem recursos suficientes para a educação não deveria investir em presídios. Qual é a sua avaliação?*

Grisot – A corrida para o aprisionamento e a construção de prisões têm um custo extremamente alto tanto economicamente quanto socialmente. O Brasil dá continuidade a uma política repressiva que fracassou, sobretudo nos Estados Unidos, onde certos Estados gastam mais com prisões do que com universidades. Isso tem efeitos devastadores, com consequências sobre comunidades e gerações inteiras. Alguns têm recuado em razão dos estragos constatados. A educação é uma das primeiras muralhas contra a pobreza. São os pobres que são presos em massa e isso em todos os lugares. Construir presídios em detrimento da educação é uma escolha infeliz porque apostar na educação significa fechar prisões.

BBC News Brasil – *No Brasil, difundiu-se a ideia de que os direitos humanos são os “direitos dos manos”, dos bandidos. O que explica isso?*

Grisot – Isso faz parte de uma retórica clássica que chamamos de populismo penal que quer dividir os direitos humanos. Nós dizemos que os direitos humanos são indivisíveis e não podem ser negociados. Todos devem ser tratados com dignidade. Seria um grande retrocesso pensar o contrário.

FERNANDES, Daniela. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48445684>
Acesso em 18 out.2019. [Adaptado]

8. Analise as afirmativas abaixo em relação ao texto 2.

1. Clara Grisot, cofundadora da associação francesa *Prison Insider*, recebe, na entrevista, o tratamento formal de Vossa Senhoria, o que se infere da formulação “Qual é a sua avaliação?” (4ª pergunta).
2. Quanto ao sinal indicativo de crase, a grafia correta dos cinco vocábulos, na sequência das lacunas [.....] nas respostas da entrevista, é: às • à • a • à • à.
3. Em “constatamos que isso é ainda mais forte nos países com grandes desigualdades sociais” (1ª resposta), o pronome sublinhado faz referência ao desinteresse pelo tratamento dado aos presidiários.
4. Em “Quanto mais as penas forem longas e os prisioneiros forem tratados como um nada, menos preparamos seu retorno [.....] sociedade” (3ª resposta), as formas verbais sublinhadas estão, respectivamente, na voz passiva e ativa.
5. Em “não haverá novas vítimas” (3ª resposta), o verbo haver é impessoal e pode ser substituído por “existirá”, sem prejuízo de significado e sem desvio da norma culta da língua escrita.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 4 e 5.

9. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F), considerando o seu contexto (texto 2).

- () O texto apresenta orientação dialógica no formato de perguntas e respostas, o que o torna dinâmico e interativo.
- () Trata-se de um texto prescritivo, que orienta o leitor sobre como agir em situações de violência e desconfiança.
- () Os argumentos do texto apresentam um olhar comparado com experiências prisionais em outros países, além de revelarem um posicionamento da entrevistada.
- () O populismo penal é uma retórica que coloca em questão a indivisibilidade dos direitos humanos.
- () O texto reflete um posicionamento ambivalente da entrevistada, que ora defende investimento público em um modelo prisional repressivo, ora defende investimento em universidades, especialmente em países violentos.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. V • V • F • V • F
- b. V • F • V • V • F
- c. V • F • F • V • V
- d. F • V • V • F • V
- e. F • V • V • F • F

10. Assinale a alternativa em que **todas** as palavras seguem a mesma regra de acentuação gráfica.

- a. vítimas • clássica • básica • ficará • haverá
- b. básica • âmbito • biológico • retórica • construído
- c. existência • sobrevivência • ciências • âmbito • têm
- d. indivisíveis • também • favoráveis • além • gerações
- e. convivência • espécies • relevância • presídio • carcerário

11. Numere os parênteses abaixo de acordo com o número associado a cada par de classes de palavras.

Coluna 1 Classes de palavras

1. substantivo / substantivo
2. adjetivo / adjetivo
3. substantivo / adjetivo
4. adjetivo / substantivo

Coluna 2 Palavras (retiradas do texto 2)

- () "pessoas encarceradas" (1ª resposta) / "sistema carcerário brasileiro" (2ª resposta)
- () "tratamento dado aos presidiários" (1ª resposta) / "Construir presídios em detrimento da educação" (4ª resposta)
- () "no sistema carcerário brasileiro" (2ª resposta) / "o olhar dos brasileiros sobre a situação" (2ª resposta)
- () "favoráveis a penas alternativas" (3ª resposta) / "chamamos de populismo penal" (5ª resposta)
- () "os prisoneiros forem tratados" (3ª resposta) / "A corrida para o aprisionamento" (4ª resposta)
- () "O que acontece dentro das prisões" (2ª resposta) / "a situação do sistema prisional do país" (2ª resposta)

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. 1 • 1 • 4 • 3 • 3 • 2
- b. 2 • 1 • 4 • 3 • 2 • 3
- c. 2 • 3 • 1 • 2 • 4 • 1
- d. 3 • 4 • 2 • 1 • 2 • 4
- e. 4 • 2 • 2 • 1 • 1 • 3

12. Assinale a alternativa cuja sequência de palavras apresenta a **mesma** formação de plural.

- a. alemão • tabelião • grão • anão • pagão
- b. satisfação • cordão • limão • paixão • razão
- c. ação • cirurgião • estação • capitão • artesão
- d. situação • botão • cirurgião • escrivão • charlatão
- e. associação • situação • guardião • refrão • sacristão

Texto 3

Projeto leva leitura a presos em Santa Catarina

Santa Catarina tem 5,5 mil presos participando do Projeto Despertar Pela Leitura desenvolvido no sistema prisional do Estado. Viabilizado por meio de uma parceria entre a Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) e a Secretaria da Educação (SED), o programa estimula a reinserção social do interno por meio da literatura, podendo resultar em quatro dias de remição de pena por livro lido.

Para integrar o projeto e obter o benefício, não basta apenas ler o livro. Depois de participar de uma prova de nivelamento, os internos selecionados recebem as orientações e um livro, que deverá ser lido na cela em até 30 dias. Passado o período, retornam à sala de aula para escrever uma resenha. O texto é avaliado pela comissão de ensino da unidade prisional e lhe é atribuída uma nota, sendo que a média de aprovação é 6,0 (seis). Se o reeducando for aprovado, o documento é encaminhado para o juiz da Vara de Execuções Penais, que concede ou não a remição de quatro dias de pena. Se não conseguir alcançar a média, tem mais uma chance para escrever nova resenha. Caso ainda não obtenha a pontuação mínima, o detento precisa começar a leitura de um novo livro. Cada interno pode ler até 12 livros por ano o que garante remição de 48 dias de pena.

Os livros que fazem parte do projeto são selecionados e devem seguir critérios como contribuir para a formação intelectual do interno e não estimular a violência. De acordo com a professora que atua no projeto, os textos produzidos pelos detentos revelam uma reflexão acerca dos atos que cometeram e que os levaram a estar atrás das grades. Além promover a autoanálise, o projeto tem se mostrado bastante eficiente na melhoria da produção textual, tanto que 160 internos estão cursando o ensino superior.

A Gerente de Desenvolvimento Educacional do Departamento de Administração Prisional (Deap) assinala que, no início, o objetivo do interno é apenas a remição da pena. "Mas a partir do momento em que ele começa a ter contato com a literatura, em muitos casos, é possível notar uma mudança no seu comportamento para melhor", comenta. Segundo ela, "nosso objetivo, enquanto estado, é devolver essa pessoa privada de liberdade para a sociedade, para sua família, para sua comunidade, com uma perspectiva de vida melhor do que quando entrou no sistema".

Para o titular da SAP, a educação constituiu-se também em uma estratégia de segurança prisional. “Na medida em que podemos oferecer trabalho e ensino para o interno, ele começa a ter uma nova perspectiva de vida, se aproxima dos familiares e tem a possibilidade de recuperar os laços sociais.”

IENSEN, Jacqueline. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/30389-projeto-leva-leitura-a-5-5-mil-presos-em-santa-catarina>
Acesso em: 18 out 2019. [Adaptado]

13. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F), de acordo com os textos 2 e 3.

- () O texto 3 mostra um exemplo de reinserção social promovida pelo tratamento conferido aos detentos, diferentemente do texto 2, que não apresenta um projeto pedagógico para os presos.
- () Ambos os textos ilustram com argumentos a importância da educação, seja para a diminuição de prisões (texto 2), seja para a mudança de comportamento dos presos (texto 3).
- () As universidades públicas pouco podem contribuir com a formação dos presos, uma vez que elas se destinam a uma parcela privilegiada do país.
- () Ambos os textos reforçam a importância de projetos educacionais e culturais na prisão, a exemplo da leitura de textos e da produção de artefatos manuais.
- () Ambos os textos defendem a importância de penas alternativas em detrimento do modelo prisional atual.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. V • V • F • F • F
- b. V • F • V • F • V
- c. V • F • F • V • V
- d. F • V • V • V • F
- e. F • F • V • V • F

14. Assinale a alternativa **correta**, com base no texto 3.

- a. Cabe ao juiz da Vara de Execuções Penais avaliar, selecionar e aprovar as obras literárias, bem como supervisionar a atuação dos professores no projeto.
- b. O uso de aspas (4º e 5º parágrafos) serve para destacar a voz da autora do texto, revelando sua perspectiva pessoal sobre o tema.
- c. O projeto é fruto da iniciativa de organizações não governamentais em parceria com a iniciativa privada.
- d. O texto relata os benefícios do Projeto Despertar Pela Leitura e aborda critérios de seleção das obras e de concessão de remição de pena.
- e. O texto apresenta dados estatísticos que correlacionam a leitura de textos, o ingresso em ensino superior e a entrada dos ex-detentos que participam do projeto no mercado de trabalho.

15. Considere os trechos retirados dos textos 2 e 3.

1. Se as pessoas realmente estivessem ao lado das vítimas, elas seriam favoráveis a penas alternativas. (texto 2)
2. Viabilizado por meio de uma parceria entre a Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) e a Secretaria da Educação (SED), o programa estimula a reinserção social do interno por meio da literatura [...]. (texto 3)
3. Além de promover a autoanálise, o projeto tem se mostrado bastante eficiente na melhoria da produção textual. (texto 3)

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Em 1, o pronome pessoal “elas” faz referência a “vítimas”.
- b. Em 1, as formas verbais podem ser substituídas, respectivamente, por “estiverem” e “serão”, mantendo-se a correlação modo-temporal.
- c. Em 2, o termo sublinhado indica que a oração está na voz passiva.
- d. Em 3, a sequência sublinhada pode ser substituída por “mostrou-se”, sem prejuízo do significado temporal.
- e. Em 3, se “projeto” estivesse no plural, a construção, de acordo com a norma culta da língua escrita, seria: “os projetos tem se mostrado bastantes eficientes na melhoria das produções textuais”.

Raciocínio Lógico

10 questões

16. José envia uma mesma mensagem para vários amigos. A probabilidade que José envie a mensagem para Augusto é $\frac{7}{10}$. Ainda, em geral a probabilidade de as mensagens de José para Augusto serem filtradas para a caixa de spam (e, portanto, não serem entregues na caixa de entrada principal de Augusto) é $\frac{6}{10}$.

Logo, a probabilidade de Augusto não receber a mensagem de José em sua caixa principal é:

- a. Menor que 60%.
- b. Maior que 60% e menor que 65%.
- c. Maior que 65% e menor que 70%.
- d. Maior que 70% e menor que 75%.
- e. Maior que 75%.

17. Com os algarismos 5, 6, 7, 8, 9 e 0 formam-se números de 6 algarismos sem repetição. Por exemplo 056789 é o menor dos possíveis números a serem formados.

Organizando-se os números em uma lista decrescente (logo 056789 é o último número da lista), qual a posição do número 869057 nesta lista?

- a. Menor que 160
- b. Entre 160 e 165
- c. Entre 165 e 170
- d. Entre 170 e 175
- e. Maior que 180

18. Em um supermercado trabalham 60 homens e 45 mulheres. Sabe-se que 60% das mulheres são atenciosas e que 25% dos homens não são atenciosos.

Logo, o número de funcionários deste supermercado que são mulheres ou são atenciosos é igual a:

- a. 60.
- b. 75.
- c. 90.
- d. 95.
- e. 100.

19. Uma empresa conta com 600 funcionários, sendo metade homens e metade mulheres. Destes, 380 passam mais de 2 horas por dia na internet e 308 caminham para o trabalho. 250 passam mais de 2 horas por dia na internet e caminham para o trabalho. Entre somente as mulheres, 150 passam mais de 2 horas na internet, 100 caminham para o trabalho e 50 passam mais de 2 horas na internet e caminham para o trabalho.

Logo, o número de homens na empresa que não passam mais de 2 horas na internet e não caminham para o trabalho é:

- a. Menor que 55.
- b. Maior do que 55 e menor que 60.
- c. Maior do que 60 e menor que 65.
- d. Maior do que 65 e menor que 70.
- e. Maior que 70.

20. Considere 12 pontos distintos determinados sobre os lados de um triângulo, de maneira que sobre cada lado encontram-se 4 destes pontos e nenhum encontra-se nos vértices do triângulo.

Portanto, o número máximo de retas determinadas por estes pontos é:

- a. Menor que 41.
- b. Maior que 41 e menor que 44.
- c. Maior que 44 e menor que 47.
- d. Maior que 47 e menor que 50.
- e. Maior que 50.

21. Um cantor decide compor uma música para homenagear duas pessoas. O nome das duas pessoas homenageadas é escolhido aleatoriamente entre uma lista com 14 nomes masculinos e 16 nomes femininos, todos diferentes.

Portanto, a probabilidade de os nomes escolhidos serem ambos masculinos é:

- a. Menor que 20%.
- b. Maior que 20% e menor que 22,5%.
- c. Maior que 22,5% e menor que 25%.
- d. Maior que 25% e menor que 27,5%.
- e. Maior que 27,5%.

22. Se Gabriela é rica, então Lucas não é chato. Se Flávia ou Joana são organizadas, então Gabriela é rica.

Ora, sabe-se que Lucas é chato. Logo:

- a. Gabriela é rica.
- b. Ou Flávia ou Joana não são organizadas.
- c. Flávia ou Joana não são organizadas.
- d. Flávia e Joana não são organizadas.
- e. Flávia e Joana são organizadas.

23. Assinale a alternativa logicamente equivalente à afirmação “Se Rafael é meigo e Beatriz é pontual, então João não é alto ou Ana é leal”.

- a. Se Ana não é leal ou João é alto, então Rafael não é meigo ou Beatriz não é pontual.
- b. Se Ana não é leal ou João é alto, então Rafael não é meigo e Beatriz não é pontual.
- c. Se Ana não é leal e João é alto, então Rafael não é meigo ou Beatriz não é pontual.
- d. Se Ana não é leal e João é alto, então Rafael não é meigo e Beatriz não é pontual.
- e. Se Rafael não é meigo ou Beatriz não é pontual, então João é alto e Ana não é leal.

24. Uma criança tranca sua bicicleta em um poste com dois cadeados com senha. Cada senha é constituída de 3 algarismos distintos, escolhidos entre 0, 1, 2, 3 e 4 (porém as senhas podem se repetir). Ao tentar destrancar sua bicicleta ela nota que esqueceu as senhas.

Considerando que uma tentativa consiste em escolher duas senhas simultaneamente, e que a bicicleta só estará destrancada se as duas senhas estiverem corretas simultaneamente, temos que o número máximo de tentativas diferentes necessárias para destrancar a bicicleta é:

- a. Menos de 500.
- b. Mais de 500 e menos de 525.
- c. Mais de 525 e menos de 550.
- d. Mais de 550 e menos de 575.
- e. Mais de 575.

25. No saguão de um aeroporto, 200 pessoas foram entrevistadas sobre o meio de transporte utilizado para chegar ao aeroporto. Entre os entrevistados, 80 declararam ter utilizado ônibus, 46 declararam ter utilizado táxi e 22 declararam ter utilizado tanto ônibus quanto táxi.

Logo, o número de pessoas entrevistadas que **não** utilizaram nem ônibus nem táxi para chegar ao aeroporto é:

- a. Menor que 85.
- b. Maior que 85 e menor que 90.
- c. Maior que 90 e menor que 95.
- d. Maior que 95 e menor que 100.
- e. Maior que 100.

Direitos Humanos

15 questões

26. A teoria das gerações ou dimensões dos direitos humanos expõe perspectivas desses direitos em que se incluem em cada geração ou dimensão determinados direitos e princípios.

Conforme essa divisão clássica da doutrina, é **correto** afirmar:

- a. os direitos de segunda geração ou dimensão se referem aos direitos civis e políticos, compreendendo os direitos de liberdade, englobando as liberdades clássicas, negativas ou formais.
- b. os direitos de quinta geração ou dimensão consistem na possibilidade de participação na formação da vontade do Estado, retratando os direitos à democracia e à informação.
- c. os direitos de quarta geração ou dimensão se caracterizam por condensar os direitos e liberdades civis, políticas, econômicas, sociais e culturais.
- d. os direitos de terceira geração ou dimensão consubstanciam como titulares a coletividade, consagrando o princípio da solidariedade e incluindo direitos como o da paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente equilibrado.
- e. os direitos de primeira geração ou dimensão são aqueles relativos aos direitos econômicos, sociais e culturais, em que se acentua o princípio da igualdade.

27. Assinale a alternativa **correta** a respeito dos direitos e garantias fundamentais, nos termos disciplinados na Constituição da República Federativa do Brasil.

- a. Os direitos e garantias fundamentais, em razão de concretizarem a dignidade humana, não podem ser relativizados pela atuação do Estado para suspender ou restringir as suas eficácias.
- b. Os direitos e garantias fundamentais são apenas os previstos, expressamente, no texto constitucional.
- c. A adoção, pelo Brasil, de normas internacionais sobre direitos humanos obriga que essas sejam previamente internalizadas através de emenda constitucional.
- d. Os direitos e garantias fundamentais, desde que por emenda constitucional, podem ser suprimidos do texto da Constituição da República Federativa do Brasil.
- e. Enquanto os direitos fundamentais são as disposições que reconhecem e declaram propriamente os direitos inerentes à dignidade de todo ser humano, as garantias são disposições assecuratórias do exercício dos direitos.

28. Assinale a alternativa **incorreta** sobre os princípios ou especificidades dos direitos humanos.

- a. A indivisibilidade dos direitos humanos se refere a que não se pode cindi-los e que devem ser reconhecidos e protegidos unitariamente.
- b. A inalienabilidade dos direitos humanos se caracteriza por vedar a sua disposição pecuniária com o objetivo de venda.
- c. A imprescritibilidade dos direitos humanos reconhece que o seu exercício se dá no tempo, devendo ser exigido sob pena de perecimento.
- d. A irrenunciabilidade dos direitos humanos se refere à vedação da própria pessoa de permitir violações a esses direitos.
- e. A proibição do retrocesso representa que os direitos humanos já concretizados e alcançados não podem mais ser suprimidos.

29. Analise o texto abaixo:

“Com efeito, não é razoável dar aos tratados de proteção de direitos do ser humano (a começar pelo direito fundamental à vida) o mesmo tratamento dispensado, por exemplo, a um acordo comercial de exportação de laranjas ou sapatos, ou a um acordo de isenção de vistos para turistas estrangeiros. À hierarquia de valores, deve corresponder uma hierarquia de normas, nos planos tanto nacional quanto internacional, a serem interpretadas e aplicadas mediante critérios apropriados”.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Memorial em prol de uma nova mentalidade quanto à proteção dos direitos humanos nos planos internacional e nacional, *In, Os Direitos Humanos e o Direito Internacional*, org. Carlos Eduardo de Abreu Boucalt e Nadia de Araújo, Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 53.

Considerando o trecho doutrinário e a disciplina da Constituição da República Federativa do Brasil, a respeito dos tratados internacionais sobre direitos humanos, é **correto** afirmar:

- a. os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- b. os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados no Senado Federal, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- c. os tratados internacionais sobre direitos humanos se incorporam no Brasil desde a subscrição pelo Presidente da República em âmbito internacional.
- d. prescinde de referendo do Congresso Nacional a celebração de tratados internacionais sobre direitos humanos, para incorporação no ordenamento jurídico brasileiro.
- e. desde que o Brasil seja parte, se aplicam no ordenamento jurídico brasileiro os tratados internacionais de direitos humanos de forma imediata.

30. A eficácia horizontal dos direitos humanos se caracteriza por ser aquela aplicável nas relações entre:

- a. particulares.
- b. poderes públicos.
- c. Estados soberanos.
- d. organizações internacionais.
- e. o poder público e os particulares.

31. Considerando a redação do art. 5º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, de que “Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”, assinale a alternativa **correta**.

- a. É proibido o uso de algemas durante a audiência de instrução e julgamento.
- b. É proibido o uso de algemas em todas as situações, por atentar contra a dignidade humana do preso.
- c. É desautorizado o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso, sob pena de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- d. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- e. É desautorizado o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

32. Em relação às regras de aplicação geral contidas nas Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela), está **incorreta** a alternativa.

- a. A detenção e quaisquer outras medidas que excluam uma pessoa do contato com o mundo exterior são penosas pelo fato de, ao ser privada da sua liberdade, lhe ser retirado o direito à autodeterminação. Assim, o sistema prisional não deve agravar o sofrimento inerente a esta situação, exceto em casos pontuais em que a separação seja justificável ou nos casos em que seja necessário manter a disciplina.
- b. Para que o princípio da não discriminação seja posto em prática, as administrações prisionais devem ter em conta as necessidades coletivas dos reclusos, particularmente as de maior vulnerabilidade. As medidas tomadas para proteger e promover os direitos dos reclusos portadores de necessidades especiais serão consideradas discriminatórias.
- c. Os objetivos de uma pena de prisão ou de qualquer outra medida restritiva da liberdade são, prioritariamente, proteger a sociedade contra a criminalidade e reduzir a reincidência. Estes objetivos só podem ser alcançados se o período de detenção for utilizado para assegurar, sempre que possível, a reintegração destas pessoas na sociedade após a sua libertação, para que possam levar uma vida autossuficiente e de respeito para com as leis.
- d. As celas ou locais destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um recluso. Se, por razões especiais, tais como excesso temporário de população prisional, for necessário que a administração prisional central adote exceções a esta regra deve evitar-se que dois reclusos sejam alojados numa mesma cela ou local.
- e. Em circunstâncias excepcionais, sempre que um recluso obtenha licença para sair do estabelecimento, deve ser autorizado a vestir as suas próprias roupas ou roupas que não chamem a atenção.

33. Considere os seguintes excertos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal, algum(ns) com adaptação(ões) em relação ao(s) original(is):

1. O fato de o paciente estar condenado por delito tipificado como hediondo não enseja, por si só, uma proibição objetiva incondicional à concessão de prisão domiciliar, pois a dignidade da pessoa humana, especialmente a dos idosos, sempre será preponderante, dada a sua condição de princípio fundamental da República (art. 1º, III, da CF/1988). Por outro lado, incontroverso que essa mesma dignidade se encontrará ameaçada nas hipóteses excepcionalíssimas em que o apenado idoso estiver acometido de doença grave que exija cuidados especiais, os quais não podem ser fornecidos no local da custódia ou em estabelecimento hospitalar adequado (HC 83.358, rel. min. Ayres Britto, j. 4-5-2004, 1ª T, DJ de 4-6-2004).
2. Tanto quanto possível, incumbe ao Estado adotar medidas preparatórias ao retorno do condenado ao convívio social. Os valores humanos fulminam os enfoques segregacionistas. A ordem jurídica em vigor consagra o direito do preso de ser transferido para local em que possua raízes, visando à indispensável assistência pelos familiares. Os óbices ao acolhimento do pleito devem ser inafastáveis e exsurgir ao primeiro exame, consideradas as precárias condições do sistema carcerário pátrio (HC 71.179, rel. min. Marco Aurélio, j. 19-4-1994, 2ª T, DJ de 3-6-1994).
3. É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais. Supremacia da dignidade da pessoa humana que legitima a intervenção judicial. (RE 592.581, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 13-8-2015, P, DJE de 1º-22016, com repercussão geral).
4. Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a constitucionalidade do art. 2º da Lei 8.072, de 25-7-1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.

Assinale a alternativa que indica todos os excertos **corretos**.

- a. É correto apenas o excerto 2.
- b. São corretos apenas os excertos 1 e 2.
- c. São corretos apenas os excertos 1 e 3.
- d. São corretos apenas os excertos 3 e 4.
- e. São corretos apenas os excertos 1, 2 e 3.

34. O Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, é estruturado em eixos orientadores que contêm suas respectivas diretrizes.

Nesse contexto normativo, estão incluídas no Eixo Orientador IV, que trata da Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, as seguintes diretrizes:

- a. Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena; Promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação; Combate às desigualdades estruturais; Garantia da igualdade na diversidade.
- b. Efetivação das diretrizes e dos princípios da política nacional de educação em Direitos Humanos para fortalecer uma cultura de direitos; Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras; Reconhecimento da educação não formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos; Promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público; Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.
- c. Interação democrática entre Estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa; Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática; Integração e ampliação dos sistemas de informações em Direitos Humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação.
- d. Democratização e modernização do sistema de segurança pública; Transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal; Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos; Combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária; Garantia dos direitos das vítimas de crimes e de proteção das pessoas ameaçadas; Modernização da política de execução penal, priorizando a aplicação de penas e medidas alternativas à privação de liberdade e melhoria do sistema penitenciário; Promoção de sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa de direitos.
- e. Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório; Valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento; Promoção e proteção dos direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos.

35. Sobre o tema direitos humanos e responsabilidade do Estado, é **correto** afirmar:

- a. é vedada a revista íntima, podendo o Estado ser condenado por constrangimento ilegal.
- b. a responsabilidade civil do Estado por erro judiciário, se existente, é subjetiva.
- c. o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- d. o agente penitenciário não pode ser civilmente responsável, em ação estatal de regresso, pelos danos causados ao preso por dolo ou culpa.
- e. o Estado não pode ser condenado por danos morais em razão de deficiências estruturais do sistema penitenciário.

36. Considere as seguintes disposições de tratados internacionais de direitos humanos:

- Art. 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos: “Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo”.
- Art. 9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos: “Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença”.

As disposições descritas se referem à:

- a. audiência preliminar.
- b. audiência de conciliação.
- c. audiência de instrução e julgamento.
- d. audiência admonitória.
- e. audiência de custódia.

37. A respeito das regras de pessoal do estabelecimento prisional descritas nas Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela), está **incorreta** a alternativa.

- a. A administração prisional deve selecionar cuidadosamente o pessoal de todas as categorias, dado que é da sua integridade, humanidade, aptidões pessoais e capacidades profissionais que depende a boa gestão dos estabelecimentos prisionais.
- b. A administração prisional deve esforçar-se permanentemente por suscitar e manter no espírito do pessoal e da opinião pública a convicção de que esta missão representa um serviço social de grande importância; para o efeito, devem ser utilizados todos os meios adequados para esclarecer o público.
- c. Após a entrada em funções e ao longo da sua carreira, o pessoal deve conservar e melhorar os seus conhecimentos e competências profissionais, seguindo cursos de aperfeiçoamento organizados periodicamente.
- d. Nos estabelecimentos prisionais sempre deve incluir-se no pessoal um número suficiente de especialistas, tais como psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, professores e instrutores técnicos.
- e. Todos os membros do pessoal devem, em todas as circunstâncias, comportar-se e desempenhar as suas funções de maneira a que o seu exemplo tenha boa influência sobre os reclusos e mereça o respeito destes.

38. Os direitos humanos são denominados com variados termos.

Assinale a alternativa que **não** é aceita contemporaneamente, por expressar uma ideia ultrapassada sobre o tema.

- a. direitos naturais
- b. direitos fundamentais
- c. direitos da pessoa humana
- d. direitos humanos fundamentais
- e. direitos essenciais da humanidade

39. Dentre os direitos e garantias fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil, é estabelecido que "o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado".

Esse preceito constitucional se refere:

- a. à obrigação de se silenciar.
- b. ao direito de liberdade.
- c. ao princípio da culpabilidade.
- d. ao direito subjetivo de não se autoincriminar.
- e. à obrigação de produzir provas de sua inocência.

40. Os direitos humanos são de elevado grau de relevância institucional e de impositiva aplicação. A sua violação, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, é um dos fundamentos para:

- a. decretação do estado de sítio.
- b. decretação do estado de defesa.
- c. intervenção da União nos Estados.
- d. intervenção interministerial federal.
- e. decretação de calamidade pública.

Direito Constitucional

5 questões

41. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **correta**.

- a. Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- b. O Poder Judiciário admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas independentemente do esgotamento das instâncias da justiça desportiva.
- c. É obrigatório aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- d. O prazo da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens será de quinze anos para as emissoras de rádio e de trinta para as de televisão.
- e. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

42. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos públicos, e ainda das seguintes contribuições sociais:

1. do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
2. do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou o faturamento.
3. sobre a receita de concursos de prognósticos.
4. do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

43. Analise as afirmativas abaixo a respeito dos direitos políticos, com base na Constituição Federal de 1988.

1. Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores.
2. É condição de elegibilidade a idade mínima de vinte e um anos para Vereador.
3. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos.
4. Os Governadores de Estado e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para dois períodos subsequentes.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

44. Analise as afirmativas abaixo a respeito da segurança pública, com base na Constituição Federal de 1988.

1. Os Municípios poderão, conforme dispuser a lei, constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
2. A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos da segurança pública será fixada na forma de subsídio.
3. Às polícias civis cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
4. A polícia federal destina-se a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

45. Analise as afirmativas abaixo acerca da educação, considerando as disposições do texto constitucional.

1. O ensino religioso, de matrícula e frequência obrigatórias, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
2. O ensino será ministrado com base, dentre outros, nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; garantia de padrão de qualidade.
3. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
4. As atividades de pesquisa e extensão realizadas por universidades são proibidas de receber apoio financeiro do Poder Público.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

Administração Pública

5 questões

46. Analise as afirmativas abaixo, considerando o disposto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

1. É vedada a transação, o acordo ou a conciliação nas ações propostas com a finalidade de apurar a prática de ato de improbidade.
2. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções por atos de improbidade podem ser propostas até dez anos após o término do exercício de mandato, cargo em comissão ou função de confiança.
3. Não se reputa agente público aquele que exerce, transitoriamente ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou nas entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.
4. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

47. Analise as afirmativas abaixo a respeito dos princípios da administração pública.

1. O princípio da legalidade encontra a sua gênese na ideia da separação dos poderes, identificando-se com a submissão da administração pública ao comando da lei.
2. Corolário do princípio da moralidade, os atos de improbidade administrativa implicarão, na forma e graduação previstas em lei, a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
3. Como desdobramento do princípio da publicidade, todos os cidadãos têm o direito a receber dos órgãos públicos as informações de interesse próprio e de interesse geral, que serão prestadas na forma da lei e sob pena de responsabilidade, incluindo informações sigilosas que envolvam a segurança da sociedade e do Estado.
4. A impessoalidade traduz a concepção de que a administração pública deve tratar a todos de maneira justa, admitindo-se privilégios e discriminações entre os cidadãos, pautados em avaliação subjetiva do agente administrativo.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.

48. O fenômeno organizacional da administração pública que se caracteriza pela distribuição das atividades de um núcleo central para setores periféricos, dentro de uma mesma entidade ou da mesma pessoa jurídica, denomina-se:

- a. Privatização.
- b. Desconcentração.
- c. Desadministrativização.
- d. Descentralização.
- e. Centralização.

49. Analise as afirmativas abaixo a respeito dos poderes da administração pública.

1. O poder vinculado, ou competência vinculada, significa a margem de livre escolha do agente administrativo para adotar ou não determinados atos, com base na conveniência e oportunidade.
2. O poder discricionário decorre da existência de hierarquia entre os órgãos e as relações funcionais da administração pública, identificando-se com o poder de dar ordens e instruções, de controlar as atividades, decidir conflitos e rever condutas de subordinados.
3. Além do poder regulamentar, destinado a explicitar o conteúdo das leis e possibilitar a sua execução, a administração detém o poder normativo, correspondente à faculdade de expedir normas para disciplinar as matérias não privativas de lei.
4. O poder disciplinar é atribuído às autoridades administrativas com a finalidade de apurar e sancionar as faltas funcionais.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

50. A estrutura da administração pública indireta é composta por um conjunto de entidades personalizadas que executam atividades e serviços de interesse público. Dentre elas, destacam-se as entidades autônomas criadas por lei, dotadas de personalidade jurídica de direito público, com gestão, receita e patrimônio próprios, cuja finalidade é executar atividades típicas da administração pública.

Trata-se das:

- a. Autarquias.
- b. Empresas públicas.
- c. Fundações públicas.
- d. Organizações sociais.
- e. Sociedades de economia mista.

Direito Penal

5 questões

51. De acordo com o Código Penal Brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. O crime somente será considerado praticado, quando evidenciado o seu resultado.
- b. A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- c. A lei nova que deixar de considerar determinado fato como crime deverá ser aplicada imediatamente, resguardando-se, contudo, a manutenção dos efeitos penais da condenação já em fase de cumprimento.
- d. Expirado o prazo da lei excepcional ou temporária, cessarão, imediatamente, os seus efeitos, não podendo mais ser aplicada a nenhum caso, mesmo que ocorrido durante o seu prazo de vigência.
- e. Após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, a sentença torna-se imutável, não podendo mais ser alterada, ainda que lei nova venha a beneficiar o condenado.

52. De acordo com o Código Penal Brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. É isento de pena o agente que comete um crime em estado de necessidade.
- b. A legítima defesa estará caracterizada quando o agente pratica fato para salvar de perigo atual, direito próprio ou alheio, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar.
- c. Será isento de pena aquele que, ao tempo da ação ou da omissão, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato em razão de emoção ou paixão, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d. A embriaguez, quando completa e proveniente de caso fortuito, é considerada como uma excludente de ilicitude.
- e. Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

53. De acordo com o Código Penal Brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. A imperícia poderá ser considerada dolosa quando o agente, em razão de ofício ou determinação legal, dá causa ao resultado.
- b. O agente que assume o risco de produzir determinado resultado pratica crime com culpa consciente.
- c. Quando o agente não puder ser punido por fato previsto como crime doloso, ele será enquadrado na conduta culposa similar.
- d. Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.
- e. Pratica crime culposos o agente que quis o resultado e deu causa por meio de imprudência ou negligência.

54. De acordo com o Código Penal Brasileiro, o crime de exploração de prestígio ocorre quando o agente solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em:

1. testemunha.
2. servidor público.
3. advogado.
4. juiz.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

55. De acordo com o Código Penal Brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. O crime na forma tentada deverá reunir todos os elementos de sua definição legal.
- b. Para se considerar um crime tentado, basta que ele tenha iniciado a sua execução.
- c. O crime tentado será punido com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída pela metade.
- d. Quando o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução de um crime, ele será considerado tentado.
- e. Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

Legislação Especial

10 questões

56. Analise as afirmativas abaixo sobre as medidas protetivas de urgência, de acordo com a Lei dos Crimes contra Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006).

1. Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.
2. Cabe ao juiz, no prazo 5 dias, a contar do recebimento do expediente com o pedido da ofendida, decidir sobre as medidas protetivas de urgência.
3. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas, determinar a separação de corpos.
4. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo magistrado mediante pedido da ofendida, sendo vedado o requerimento do Ministério Público para essa finalidade.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 1.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

57. Analise as afirmativas abaixo com base na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que “dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”.

1. É permitido o porte de arma de fogo em todo o território nacional para os integrantes das Forças Armadas.
2. Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá comprovar capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, sendo dispensada a apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa.
3. Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam submetidos a regime de dedicação exclusiva.
4. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Civil e da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

58. De acordo com o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003), compete ao Sistema Nacional de Armas – Sinarm:

1. cadastrar os armeiros em atividade no País, bem como conceder licença para exercer a atividade.
2. identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro.
3. cadastrar as apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais.
4. cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País e no exterior.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

59. Analise as afirmativas abaixo com fundamento na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1977, que define os crimes de tortura e dá outras providências.

1. Aumenta-se a pena do crime de tortura de um sexto até um terço se o crime é cometido mediante sequestro.
2. A pena para o crime de tortura, quando resulta morte, é de reclusão de oito a doze anos.
3. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
4. O condenado por crime de tortura, quando resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

60. Analise as afirmativas abaixo de acordo com a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, com as suas alterações posteriores.

1. Compete à União elaborar o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios e a sociedade.
2. Compete à União, em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios e a sociedade, formular e coordenar a execução da Política Nacional sobre Drogas.
3. Compete exclusivamente à União financiar a execução das políticas sobre drogas, observadas as obrigações dos integrantes do Sisnad.
4. Compete à União, com Estados, Distrito Federal e Municípios, coordenar o Sisnad.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 1.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

61. Assinale a alternativa **correta**, com base na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006:

- a. O Plano Nacional de Políticas sobre Drogas terá duração de 15 anos a contar de sua aprovação.
- b. A Semana Nacional de Políticas sobre Drogas será comemorada anualmente, na segunda semana de janeiro.
- c. Os dados estatísticos nacionais de repressão ao tráfico ilícito de drogas integrarão sistema de informações do Poder Judiciário.
- d. Constitui objetivo do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, dentre outros, promover o acesso do usuário ou dependente de drogas a todos os serviços públicos.
- e. Os Estados e Municípios poderão autorizar o plantio, a cultura e a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, exclusivamente para fins medicinais ou científicos.

62. Considerando o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

1. a violência física, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
2. a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
3. a violência psicofísica, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.
4. a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

63. Assinale a alternativa **correta**, considerando a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, com as suas alterações posteriores.

- a. O Ministério Público não intervirá, salvo se for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.
- b. Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- c. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar nos casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nos termos do Plano Plurianual.
- d. Com relação aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, aplica-se a Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995).
- e. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, é dispensável a presença de advogado para o acompanhamento da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

64. Conforme dispõe a Lei nº 10.826, de 2003, a posse irregular de arma de fogo de uso permitido (possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa) constitui crime sancionável com a seguinte pena:

- a. detenção, de 1 a 2 anos, e multa.
- b. reclusão, de 1 a 3 anos, e multa.
- c. detenção, de 1 a 3 anos, e multa.
- d. reclusão, de 2 a 4 anos, e multa.
- e. reclusão, de 3 a 6 anos, e multa.

65. A respeito do procedimento penal previsto na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, relacionado com a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, assinale a alternativa **correta**.

- a. Oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 dias.
- b. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará comunicação imediata ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao representante do Ministério Público, em 72 horas.
- c. A destruição das drogas será executada pelo escrivão de polícia no prazo de 90 dias na presença do Delegado de Polícia e da autoridade sanitária.
- d. O inquérito policial será concluído no prazo de 60 dias, se o indiciado estiver preso, e de 120 dias, quando solto.
- e. Na audiência de instrução e julgamento, após o interrogatório do acusado e a inquirição das testemunhas, será dada a palavra, sucessivamente, ao defensor do acusado e ao representante do Ministério Público, pelo prazo improrrogável de 20 minutos para cada um.

Direito Processual Penal

5 questões

66. De acordo com o Código de Processo Penal, é **correto** afirmar:

- a. Nas contravenções penais será adotado o mesmo procedimento relativo à ação penal dos crimes comuns.
- b. A autoridade policial não possui competência para dar início à ação penal para apuração de atos classificados como contravenção.
- c. A ação penal, nas contravenções, poderá ser iniciada com o auto de prisão em flagrante.
- d. Verificada a ocorrência de uma infração penal, a sua apuração terá início, obrigatoriamente, com a denúncia formulada pelo Ministério Público.
- e. Quando o fato típico for considerado uma contravenção penal, não haverá ação penal para a sua apuração, bastando a instauração de inquérito policial.

67. De acordo com o Código de Processo Penal, é **correto** afirmar:

- a. A concessão de liberdade provisória deverá impor, como condição, a garantia do juízo por meio de fiança.
- b. O delegado de polícia, entendendo a inadequação das medidas cautelares, poderá revogar a prisão em flagrante.
- c. A prisão em flagrante somente poderá ser relaxada após fixada a fiança pela autoridade judicial.
- d. Ao receber o auto de prisão em flagrante, a autoridade judiciária poderá conceder liberdade provisória de forma fundamentada.
- e. A autoridade policial, ao lavrar o auto de prisão em flagrante, deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão em caso de ilegalidade.

68. De acordo com o Código de Processo Penal, a nota de culpa deverá conter:

1. a assinatura do preso.
2. o nome da autoridade policial.
3. os motivos da prisão.
4. o nome do condutor.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

69. De acordo com o Código de Processo Penal, é **correto** afirmar:

- a. O direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente pelo ofendido.
- b. A ação penal deverá ser proposta no prazo de até quinze dias após reduzida a representação a termo.
- c. A representação deverá ser feita diretamente à autoridade policial.
- d. Ação penal decorrente de representação criminal deverá ser instruída, obrigatoriamente, com a cópia do inquérito policial.
- e. A representação conterá todas as informações que possam servir à apuração do fato e da autoria.

70. De acordo com o Código de Processo Penal, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente:

1. ao Ministério Público.
2. ao Departamento Prisional.
3. à família do preso.
4. à defensoria pública ou ao advogado do preso.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

Legislação Estadual

10 questões

71. Sobre a estrutura de remuneração dos cargos de Agente Penitenciário e Agente de Segurança Socioeducativo, disposta na Lei Complementar Estadual nº 675, de 3 de junho de 2015, o servidor tem direito ao recebimento de gratificação por hora extraordinária.

A respeito, assinale a alternativa **correta**.

- a. A gratificação por hora extraordinária corresponde ao valor de 1 hora normal de trabalho acrescida de 100%.
- b. A gratificação por hora extraordinária incorpora-se aos proventos da inatividade no valor correspondente à média aritmética dos valores percebidos nos 48 meses de efetivo exercício da atividade anteriores ao pedido de aposentadoria.
- c. A inobservância dos limites de horas extraordinárias, ressalvadas as situações excepcionais previamente autorizadas e devidamente justificadas pelo titular da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, implicará no ressarcimento aos cofres públicos por parte do agente autorizador, sem prejuízo da apuração de eventual infração administrativa, não se considerando a eventual convocação em caráter excepcional em caso de necessidade de serviço e de interesse público.
- d. A realização de hora extraordinária somente será admitida por imperiosa necessidade de serviço e fechamento de escalas ou turnos de trabalho, previamente elaboradas, mesmo que não registradas em instrumento ou equipamento de controle individual de jornada, e será devida na folha de pagamento do mês imediatamente subsequente a sua realização.
- e. Fica autorizado pagamento da gratificação por hora extraordinária aos servidores nomeados para o exercício de cargo de provimento em comissão ou designado para função gratificada, que tem regime de dedicação integral, podendo ser convocados sempre que presente o interesse da Administração ou a necessidade do serviço, observada a compensação.

72. Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 529, de 17 de janeiro de 2011, que aprovou o Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais no Estado de Santa Catarina, o tratamento penitenciário terá como objetivo efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal, tanto quanto prevenir o crime, promover a reintegração do preso e prepará-lo para o retorno à sociedade, sendo um dos seus instrumentos o trabalho.

Assinale a alternativa **correta** em relação a esse tema.

- a. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá apenas finalidade educativa e de reintegração social.
- b. O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- c. O trabalho do preso será remunerado mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a dois terços do salário-mínimo regional, qualquer que seja o seu tipo ou categoria.
- d. O trabalho, de qualquer natureza, é obrigatório e remunerado, podendo ser realizado dentro ou fora do estabelecimento penal, na forma prevista na Lei Federal nº 7.210, de 1984.
- e. O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender, unicamente, ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado e a pequenas despesas pessoais.

73. A respeito da assistência educacional do preso, conforme a Lei Complementar Estadual nº 529, de 17 de janeiro de 2011, que aprovou o Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais no Estado de Santa Catarina, é **incorreta** a alternativa.

- a. O ensino, em todos os seus níveis, é facultativo.
- b. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico.
- c. O sentenciado receberá educação física, intelectual, moral, cívica e profissional, sob orientação psicopedagógica.
- d. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares que instalem escola ou ofereçam cursos especializados.
- e. De acordo com o grau de escolaridade do sentenciado, será permitida matrícula em cursos por correspondência, desde que no estabelecimento penal haja condições em relação à disciplina e segurança.

74. A respeito da assistência à saúde do preso, conforme a Lei Complementar Estadual nº 529, de 17 de janeiro de 2011, que aprovou o Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais no Estado de Santa Catarina, é **correta** a alternativa.

- a. A assistência médica contará com enfermaria, salas de cirurgia e consulta e uma farmácia.
- b. Dentre as atividades da assistência à saúde, não compete ajudar na manutenção da ordem interna, aliviando tensões pessoais ou coletivas.
- c. A assistência à saúde será ampla, abrangendo a assistência médica, dentária e, por fim, o acompanhamento psicológico.
- d. Os médicos, dentistas, psicólogos e psiquiatras dos estabelecimentos penais farão atendimento ambulatorial e de emergência, encaminhando o preso, nos casos mais graves, para atendimento nos hospitais da rede privada.
- e. Ao ingressar no estabelecimento penal, o preso será obrigatoriamente submetido a exame de saúde, bem como às medidas profiláticas e terapêuticas indicadas, lançando-se registro no seu prontuário. Tal exame inclui atendimento psicológico, com o objetivo de traçar-se um perfil de sua personalidade, além de exame dentário completo.

75. Dentre as prerrogativas dos Agentes Penitenciários e dos Agentes de Segurança Socioeducativos, elencadas na Lei Complementar Estadual nº 675, de 3 de junho de 2015, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. documento de identidade funcional com validade em todo Território nacional e padronizado na forma da regulamentação federal.
- b. ser recolhido em prisão especial, à disposição da autoridade competente, até o trânsito em julgado de sentença condenatória e, em qualquer situação, separado dos demais presos.
- c. porte de arma em serviço ou fora dele, na forma da regulamentação federal, inclusive o porte de arma de fogo no interior das unidades prisionais e do Sistema de Atendimento Socioeducativo.
- d. ter prioridade nos serviços de transporte, saúde e comunicação públicos e privados, quando em cumprimento de missão.
- e. livre acesso aos locais sujeitos à fiscalização da execução penal, inclusive penas alternativas, observada a inviolabilidade de domicílio.

76. Nos termos da Lei Estadual nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina), o funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, sendo as cominações independentes entre si, além de ser responsável por todos os prejuízos que, nessa condição, causar ao patrimônio do Estado, por dolo ou culpa, devidamente apurados. Descreve, ainda, o referido Estatuto, situações em que se caracteriza especialmente a responsabilidade.

Nesse contexto, assinale a alternativa em que **não** estão presentes as situações que são tidas pela Lei Estadual nº 6.745/1985 como de caracterização especial da responsabilidade.

- a. Por qualquer erro de cálculo ou redução contra a Fazenda Estadual.
- b. Pela apropriação de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou pelo desvio, em proveito próprio ou alheio.
- c. Pela sonegação de valores e objetos confiados à sua guarda ou responsabilidade, por não prestar contas, ou por não as tomar, na forma e no prazo estabelecido nas leis e regulamentos administrativos.
- d. Pelas faltas, danos, avarias e qualquer outro prejuízo que sofrerem os bens e materiais sob sua guarda ou sujeitos a seu exame ou fiscalização.
- e. Pela falta ou inexactidão das necessárias averbações nas notas de despacho ou guias e outros documentos da receita ou que tenham com eles relação.

77. A respeito das disposições iniciais da Lei Estadual nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina), é **incorreta** a alternativa.

- a. Funcionário Público, para os fins do Estatuto, é a pessoa legalmente investida em cargo público criado por lei, de provimento efetivo ou em comissão, com denominação, função e vencimento próprios, número certo e pagamento pelo erário estadual.
- b. Entende-se por função de confiança a situação funcional transitória criada por ato administrativo e cometida a funcionário público estadual, mediante livre escolha, para desempenho de atribuições regimentais.
- c. Os cargos públicos de provimento efetivo serão agrupados em quadros e sua criação obedecerá a planos de classificação estabelecidos em leis especiais, segundo a hierarquia do serviço e as qualificações profissionais, de modo a assegurar a plena mobilidade e progresso funcionais na carreira de funcionário público.
- d. É vedado atribuir ao funcionário outros serviços, além dos inerentes ao cargo de que seja titular, exceto quando designado, mediante gratificação, para o exercício de função de confiança ou para integrar grupos de trabalho ou estudo, criados pela autoridade competente, e comissões legais, salvo na hipótese de readaptação.
- e. É autorizada a prestação de serviços gratuitos ao Estado.

78. Sobre a movimentação funcional, conforme disposições da Lei Estadual nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina), assinale a alternativa que conceitua **corretamente** redistribuição.

- a. É o deslocamento do funcionário de um para outro órgão do serviço público estadual, independentemente de mudança da sede funcional.
- b. É a volta do funcionário ao cargo por ele anteriormente ocupado, em consequência de reintegração decretada em favor de outrem ou, sendo estável, quando inabilitado no estágio probatório em outro cargo efetivo para o qual tenha sido nomeado, ou, ainda, quando for declarada indevida a transferência, a promoção por antiguidade e o acesso.
- c. É o ato pelo qual o nomeado para um cargo público manifesta, pessoal e expressamente, a sua vontade de aceitar a nomeação e inicia o exercício das respectivas funções.
- d. É o deslocamento motivado de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central de pessoal, observados alguns requisitos dispostos na lei.
- e. É quando, não sendo possível a transferência, ocorrer modificação do estado físico ou das condições de saúde do funcionário, que aconselhe o seu aproveitamento em atribuições diferentes, compatíveis com a sua condição funcional.

79. Assinale a alternativa **correta** sobre a progressão funcional, disciplinada na Lei Complementar Estadual nº 675, de 3 de junho de 2015.

- a. Fará jus à progressão funcional o servidor convocado ou colocado à disposição de outros órgãos.
- b. A progressão funcional, com o objetivo de aferir o desempenho do servidor efetivo do Quadro de Pessoal do Sistema Prisional e Sistema Socioeducativo, no exercício de suas atribuições, condiciona-se ao preenchimento dos requisitos considerados indispensáveis ao exercício do cargo, por meio da Avaliação Administrativa de Mérito.
- c. A progressão funcional do servidor no cargo dar-se-á de 4 em 4 anos, de uma classe para a imediatamente superior, e será concedida mediante apuração de pontos aferidos na Avaliação Administrativa de Mérito, observados os critérios estabelecidos pela lei.
- d. A progressão por Ato de Bravura, única modalidade de progressão extraordinária, se efetivará pela prática de ato considerado meritório e terá as circunstâncias para a sua ocorrência apuradas em investigação conduzida por membros da Comissão Permanente de Desenvolvimento Funcional.
- e. Ato de Bravura em serviço corresponde à conduta do Agente Penitenciário e do Agente de Segurança Socioeducativo que no desempenho de suas atribuições e para a preservação da vida de outrem, coloque em risco comum a sua própria vida, demonstrando coragem e audácia.

80. Assinale a alternativa **correta** no que se refere aos objetivos e às finalidades da Lei Complementar Estadual nº 529, de 17 de janeiro de 2011, que aprovou o Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais no Estado de Santa Catarina.

- a. Os estabelecimentos penais do Estado de Santa Catarina, diretamente subordinados ao Departamento de Administração Prisional da Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania, são classificados como de regime fechado e semiaberto.
- b. A destacada lei disciplina os direitos e os deveres dos sentenciados, com o objetivo de promover a boa convivência comunitária e permitir que levem uma vida de respeito às leis, de modo a prepará-los para o retorno à sociedade, sendo que os presos provisórios são regidos por regulamento próprio.
- c. A fim de assegurar os objetivos e as finalidades da lei, todos os meios apropriados serão utilizados, incluindo a segregação em cela separada, incomunicabilidade com demais presos, defensor, e vedação ao banho de sol.
- d. Para manter a segurança e a organização da vida em comum, a ordem e a disciplina serão mantidas com firmeza, porém sem impor restrições além das necessárias.
- e. Não haverá sistema de recompensa adaptado aos diferentes métodos de tratamento.

Lei de Execução Penal

10 questões

81. De acordo com a Lei de Execução Penal, constituem deveres do condenado:

1. submissão à sanção disciplinar imposta.
2. conservação dos objetos de uso pessoal.
3. higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento.
4. indenização à vítima ou aos seus sucessores.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

82. De acordo com a Lei de Execução Penal, a remissão da pena, por trabalho ou estudo, de parte do tempo de execução da pena poderá ocorrer no cumprimento de:

1. regime aberto.
2. regime semiaberto.
3. regime fechado.
4. penas restritivas de direito.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

83. De acordo com a Lei de Execução Penal, é **correto** afirmar:

- a. Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.
- b. A critério do gestor da unidade, poderá ser destinado, no estabelecimento prisional, um local apropriado para os cultos religiosos.
- c. A assistência religiosa será prestada aos presos e aos internados como forma de ressocialização e como um indicativo para a progressão da pena.
- d. A posse de livros de instrução religiosa somente será permitida nos locais próprios para os cultos religiosos.
- e. A atividade religiosa, com liberdade de culto, será obrigatória, integrando-se no sistema de assistência social.

84. De acordo com a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa que indica **corretamente** que órgão possui a incumbência de estimular e promover a pesquisa criminológica.

- a. Ministério Público
- b. Juízo da Execução
- c. Conselho Penitenciário
- d. Departamento Penitenciário Local
- e. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

85. De acordo com a Lei de Execução Penal, é **correto** afirmar:

- a. A assistência educacional do preso e do internado deverá ser feita, preferencialmente, na modalidade a distância.
- b. O preso e o internado que participarem dos projetos de ensino deverão assegurar a obtenção de proficiência mínima nas matérias cursadas, sob pena de falta administrativa.
- c. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.
- d. É vedada a delegação ou qualquer tipo de participação de entidades privadas nas atividades educacionais das unidades ou estabelecimentos prisionais.
- e. A instrução escolar de ensino de primeiro, segundo e terceiro grau é o objetivo específico da assistência educacional prestado ao preso ou internado.

86. De acordo com a Lei de Execução Penal, para fins de execução penal, considera-se egresso:

1. o preso em regime aberto.
2. o liberado definitivo, pelo prazo de 1 ano a contar da saída do estabelecimento.
3. o liberado condicional, durante o período de prova.
4. o acusado que tiver a prisão ilegal relaxada até o julgamento final do processo.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

87. De acordo com a Lei de Execução Penal, constituem direitos dos presos:

1. audiência especial com o diretor do estabelecimento.
2. ser chamado nominalmente.
3. atribuição de trabalho, remuneração e horário de lazer.
4. representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

88. De acordo com a Lei de Execução Penal, para ocupar o cargo de diretor de estabelecimento penal, o candidato deverá satisfazer os seguintes requisitos:

1. ser portador de diploma de nível superior.
2. possuir experiência em gestão de administração pública.
3. ter idoneidade moral e reconhecida aptidão para o desempenho da função.
4. possuir mais de trinta e cinco anos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

89. De acordo com a Lei de Execução Penal, é **correto** afirmar:

- a. A monitoração eletrônica somente poderá ser revogada se o acusado ou condenado praticar falta grave.
- b. O condenado deverá ter cuidado com o equipamento eletrônico de monitoração, que poderá ser removido no interior da residência em que for cumprida prisão domiciliar.
- c. A violação dos deveres decorrentes da monitoração eletrônica acarretará, obrigatoriamente, a regressão de regime do apenado.
- d. O estabelecimento de monitoração eletrônica será exclusivo para determinação do cumprimento da pena em regime aberto.
- e. A fiscalização da saída temporária no regime semiaberto poderá ser definida por meio da monitoração eletrônica.

90. De acordo com a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa que indica **corretamente** qual o tipo normativo que poderá estabelecer normas complementares para o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto.

- a. Legislação local
- b. Legislação federal
- c. Legislação nacional
- d. Legislação transnacional
- e. Legislação internacional

Sociologia Aplicada

10 questões

91. Leia com atenção o texto a seguir.

A prisão, como pena privativa da liberdade, surgiu no século e, durante dois séculos, foi utilizada como meio de guardar os réus, preservando-os fisicamente até o momento do julgamento. Os sistemas penitenciários, que consagravam as prisões como lugares de cumprimento da pena, foram implantados na Europa e, principalmente, nas colônias americanas, como a *Western Pennsylvania Penitentiary*, de 1818, na qual havia isolamento completo do condenado, que só poderia receber visitas de funcionários da instituição, de e de membros da Associação de Ajuda aos Presos.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas do texto.

- a. XV • filhos
- b. XVI • progenitores
- c. XVII • sacerdotes
- d. XVIII • advogados
- e. XIX • cônjuges

92. Leia com atenção o texto a seguir.

As informações históricas disponíveis nos permitem verificar que, entre as principais motivações para a transformação da prisão de em privação de liberdade como pena, foi o interesse em aproveitar a mão de obra e a necessidade de controlar sua utilização. Esse sistema de privação da liberdade, com trabalho imposto aos condenados, também tinha a finalidade de atender as necessidades do capitalismo, com trabalhadores sem o mesmo poder de reivindicações dos operários livres, caracterizando um período denominado

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas do texto.

- a. prevenção • socialista
- b. custódia • utilitarista
- c. tutela • participativo
- d. domicílio • macarthista
- e. sanção • colaboracionista

93. Analise as afirmativas abaixo sobre a história da prisão e das penas aplicadas aos réus.

1. No Oriente Antigo, a punição fundava-se em caráter religioso castigando-se o infrator para aplacar a ira dos deuses e se desconhecia a privação da liberdade como sanção penal.
2. Na Idade Média, a prisão mantinha o caráter de lugar de custódia e as penas eram bárbaras, como torturas, amputação de órgãos e mutilações.
3. Nas colônias das nações europeias na América e na África, no século XV, a privação da liberdade dos réus, com encarceramentos, tornou-se a principal pena imposta.
4. O Direito Canônico perpetuou o caráter sacro da punição, importante antecedente da prisão moderna, pois o objetivo principal era a regeneração do criminoso, levando-o ao arrependimento.
5. Nos séculos XVI e XVII o uso da pena de morte era generalizado na Europa, sendo a forma mais frequente de execução.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2, 4 e 5.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 4 e 5.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5.

94. O pensador francês Michel Foucault publicou, em 1975, uma obra que analisa os mecanismos que promoveram mudanças significativas nos sistemas penais do Ocidente. Trata também da vigilância e das formas de punições promovidas por instituições como prisões, hospitais e escolas.

Assinale a alternativa **correta** sobre o título da obra referida.

- a. Microfísica do poder
- b. História da loucura na idade clássica
- c. Arqueologia do saber: submundo do crime
- d. Nascimento da clínica: prisão controlada
- e. Vigiar e punir: nascimento da prisão

95. Analise as afirmativas abaixo, sobre a história do sistema prisional brasileiro:

1. O Código Penal aplicado no Brasil, enquanto colônia portuguesa, foi escrito pelo Padre Antônio Vieira e previa a pena de morte, degredos, açoites, mutilações e confisco de bens.
2. Em 1824, houve uma reforma no sistema punitivo, com o banimento das penas de açoite, tortura, ferro quente e outras penas cruéis e a determinação de que as cadeias deveriam ser seguras, limpas e bem arejadas.
3. O Código Penal de 1890 estabeleceu novas modalidades de penas, entre outras, a prisão celular, o banimento, a reclusão, a prisão com trabalho obrigatório, a interdição, a suspeição e perda do emprego público.
4. Em Santa Catarina, o cargo público de Agente Prisional foi criado no século XIX, quando as celas prisionais funcionavam na Câmara Municipal de Florianópolis, nas proximidades da Praça XV de Novembro.
5. Em 1992, quando houve uma intervenção da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para conter uma rebelião na Casa de Detenção do Carandiru, ocorreu a morte de 111 detentos e mais de uma centena de feridos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5.

96. Leia com atenção o texto a seguir.

....., autor da obra intitulada *Manicômios, prisões e conventos*, afirma que o "seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições"

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas do texto.

- a. Zygmunt Bauman • feudais
- b. Jacques Le Goff • penais
- c. Erving Goffman • totais
- d. Michel Foucault • prisionais
- e. Theodor W. Adorno • cancerarias

97. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) sobre informações divulgadas, em 2019, pelos órgãos do Conselho Nacional de Justiça, referentes ao sistema penitenciário brasileiro.

- () O número de presos no Brasil, em regime fechado, semiaberto e que cumprem pena em abrigos, é superior a 800 mil.
- () Os dados mostram que, do total da população carcerária, mais de 40% são presos provisórios, pessoas não condenadas.
- () Os diagnósticos realizados demonstram que o aumento da população carcerária brasileira tem crescido no últimos anos num ritmo superior a 40% ao ano.
- () O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas da China e dos Estados Unidos da América do Norte.
- () A população carcerária continua em crescimento e o número de presos provisórios segue no mesmo patamar de quatro anos atrás.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. V•V•V•V•F
- b. V•V•F•V•V
- c. V•V•F•F•V
- d. F•V•V•F•V
- e. F•F•V•V•V

98. Em agosto de 2018, o Infopen, sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, do Ministério da Justiça, divulgou dados sobre a população carcerária do Brasil.

Eles retratam a precariedade do sistema carcerário, as políticas de encarceramento e o aumento de penas que, via de regra, se voltam contra a população e pobre. Entre os presos, mais de são pretos ou pardos.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas do texto.

- a. branca • 77%
- b. favelada • 33%
- c. desempregada • 42%
- d. urbana • 52%
- e. negra • 61%

99. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) sobre a Lei de Execução Penal.

- () A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- () A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.
- () A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.
- () A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.
- () A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, obrigados a participar de atividade religiosa e dos serviços organizados no estabelecimento penal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. V • V • V • V • F
- b. V • V • F • V • F
- c. V • F • V • V • F
- d. F • V • V • V • V
- e. F • V • V • F • V

100. Analise as afirmativas abaixo sobre Políticas públicas de ressocialização nos estabelecimentos prisionais de Santa Catarina.

1. No ano de 2012, uma parceria entre Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania possibilitou a elaboração de um Plano Estadual de Educação em Prisões.
2. Na Penitenciária Agrícola de Chapecó, há mais de uma década, a educação carcerária é oferecida aos detentos.
3. No que se refere à assistência religiosa, destaca-se a pastoral carcerária catarinense, com uma atuação junto aos apenados e dando assistência aos seus familiares.
4. No ano de 2018, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania implantou um projeto de ressocialização dos apenados através de práticas esportivas e competições entre os detentos das unidades prisionais do Estado.
5. De acordo com informações divulgadas pela Secretaria de Justiça e Cidadania, 80% dos presos participam de atividades laborais, com o objetivo de ressocialização.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1, 4 e 5.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 5.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5.

GRADE DE RESPOSTAS

Utilize a grade ao lado para anotar as suas respostas.

Não destaque esta folha. Ao entregar sua prova, o fiscal irá destacar e entregar esta grade de respostas que você poderá levar para posterior conferência.



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	

35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	

69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	



FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICOS

Campus Universitário • UFSC
88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000
<http://www.fepese.org.br>